



ISSN: 2230-9926

Available online at <http://www.journalijdr.com>

IJDR

International Journal of Development Research

Vol. 11, Issue, 07, pp. 48443-48448, July, 2021

<https://doi.org/10.37118/ijdr.22318.07.2021>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

DA OPRESSÃO À LUTA PELA LIBERDADE: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL ACERCA DO CONTO ABOLICIONISTA *A ESCRAVA* DE MARIA FIRMINA DOS REIS

¹Otávio Oliveira Silva, ²Francyhélia Benedita Mendes Sousa, ³Ana Caroline Amorim Oliveira, ⁴Flávio Luiz de Castro Freitas, ⁴Luciano da Silva Façanha and ⁵Lussandra Barbosa de Carvalho

¹Licenciado em Ciências Humanas- habilitação em Filosofia pela Universidade Federal do Maranhão. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da UFMA. Bolsista da FAPEMA; ²Licenciada em Filosofia pela Universidade Federal do Maranhão. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da UFMA e Bolsista da FAPEMA; ³Professora do Curso de Ciências Humanas/Sociologia da Universidade Federal do Maranhão-UFMA. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PGCult) da UFMA; ⁴Professor do Departamento de Filosofia (DEFIL) da Universidade Federal do Maranhão. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PGCult) da UFMA; ⁵Professora de ensino superior do Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF). Licenciada em Letras pela Faculdade Atenas Maranhense (FAMA). Mestra em Cultura e Sociedade pelo Pgcult-UFMA

ARTICLE INFO

Article History:

Received 18th April, 2021

Received in revised form

27th May, 2021

Accepted 29th June, 2021

Published online 25th July, 2021

Key Words:

Opressão. Resistência. Interseccionalidade. Mulher negra. Sistema escravagista.

ABSTRACT

O artigo objetiva apresentar uma reflexão acerca da representação do homem negro e da mulher negra no conto *A escrava* (1887) de Maria Firmina dos Reis (1822-1917), tomando como núcleo a relação entre opressão e luta pela liberdade, bem como as interseccionalidades entre raça, classe e gênero presentes no escrito da autora. Trata-se de um estudo teórico, de natureza qualitativa e exploratória que se utilizou da revisão bibliográfica, sendo esta norteada pelo seguinte problema: como se dá o trajeto representativo do homem negro e da mulher negra a partir do conflito entre opressão e liberdade no conto *A escrava*? A fim de responder a questão, o artigo seguiu três eixos de interpretação: o primeiro visa contextualizar a publicação da obra de uma mulher negra em um período escravagista e restritivo quanto aos direitos femininos; o segundo pretende examinar a questão da opressão e da liberdade como contrapontos a partir da representação dos personagens negros e o terceiro objetiva trazer para o debate crítico dos estudos interdisciplinares a interpretação interseccional sobre raça, classe e gênero da obra da pensadora maranhense. Por meio da análise, foi possível compreender o contexto e o objetivo da escrita da autora, uma pensadora do período oitocentista escravagista, cujo contexto procura criticar a opressão do negro escravizado, sobretudo, da mulher negra como mero objeto de reprodução, assim como da visão de “inferioridade” naturalizada em razão de um imaginário social construído ao longo do período durante e pós-escravidão.

*Corresponding author: Otávio Oliveira Silva

Copyright © 2021, Luciana Castilho Bokehi et al. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Otávio Oliveira Silva, Francyhélia Benedita Mendes Sousa, Ana Caroline Amorim Oliveira, Flávio Luiz de Castro Freitas, Luciano da Silva Façanha and Lussandra Barbosa de Carvalho, 2021. “Da opressão à luta pela liberdade: uma análise interseccional acerca do conto abolicionista *a escrava* de Maria Firmina dos Reis”, *International Journal of Development Research*, 11, (07), 48443-48448.

INTRODUCTION

Não há escravidão “suave” ou “cruel”, ela dispensa adjetivos. (MATTOS, 2013, p. 151).

A citação acima de Matos (2013) menciona a perversidade da escravidão nas relações humanas. “Ela dispensa adjetivos”, porque não há nenhum adjetivo capaz de descrever o mal produzido na vida de uma pessoa. Como esse mal social se realiza? Para Pinsky (2000) a escravidão ocorre mediante uma condição de domínio e exploração completa entre pessoas.

Todo sujeito escravizado é forçado a ser um instrumento de um outro. Porém, nenhum escravizado é simplesmente uma propriedade do seu senhor, mas toda a sua vontade é sujeita à autoridade do opressor. Nessa sujeição, todo o seu trabalho pode ser obtido por meio da força. Não obstante, Maria Firmina dos Reis (1825-1917), apesar de ter vivido nesse contexto de sujeição, contribuiu imprescindivelmente para a crítica do período. A autora oitocentista foi uma escritora maranhense do século XIX. Considerada a primeira romancista do Brasil, Reis permaneceu esquecida pela por um longo período. A razão disso pode ser creditada ao fato de não só ter colocado “[...]o dedo na ferida da escravidão, mas também, por exaltar a Negritude, o

nome da autora e sua produção literária foram “apagados” por mais de cem anos pela historiografia literária brasileira canônica” (SANTOS, 2016, p. 186). Essa postura de denúncia incomodou as elites brancas, contribuindo para o ostracismo literário da pensadora maranhense na historiografia brasileira, voltando a ser lembrado apenas na segunda metade do século XX. Num sebo no Rio de Janeiro, provavelmente em 1962, o bibliógrafo Horácio de Almeida encontrou uma edição *fac-simile* do romance *Úrsula* (1859), obra mais conhecida da autora que trata da escravidão a partir do ponto de vista dos escravos. Essa obra foi doada ao Estado do Maranhão, depois reeditada em 1975, 1988 e 2004. Contudo, anos antes, precisamente em 1973, o escritor maranhense Nascimento Moraes Filho encontra outros textos de Firmina na biblioteca pública Benedito Leite em São Luís - MA. Em 1975, o escritor publica uma biografia da autora sob o título: *Maria Firmina dos Reis: Fragmentos de uma vida*. Além disso, ainda no mesmo ano, Josué Montello publica no Jornal do Brasil um artigo intitulado *A primeira romancista do Brasil* (MENDES, 2014). Nesse conjunto de textos, está o conto *A escrava* que, apesar de ser ainda pouco conhecido, é um de seus escritos mais expressivos. Trata do drama das pessoas negras escravizadas, sobretudo, da mulher negra na sociedade escravocrata, como parece evidenciar a própria composição do título do conto.

Publicado originalmente na Revista Maranhense ano 1, nº 3 de novembro de 1887 em forma de conto, a obra é de teor literário, em que é apresentada uma breve discussão sobre as problemáticas e consequências do processo de escravização. O conto *A escravizada* desconstrói a representação negativa dos negros, sobretudo, da mulher negra. Apesar de enquadrada numa visão de inferioridade, esse perfil da mulher negra não logrou êxito na mentalidade de Maria Firmina. A opressão, ao passo que suscita a resistência, fê-la articular a luta pelo direito à liberdade por meio de sua trajetória e da sua escrita. Autodidata¹, Reis foi uma “[...] mulher negra de descendência africana, foi poeta, romancista, compositora, folclorista e professora primária” (GISELE LUZ, 2018, p. 194). Reis escreveu diversas obras, além do conto *A escrava* de 1887, é responsável também pelo romance *Úrsula* de 1859; o romance *Gupeva* em 1861; o *Hino da libertação dos escravos* de 1888; a obra de poesias *Cantos à beira-mar* de 1871, além de diversos poemas (ANDRETA; ALÓS, 2016).

Sua vida e obra produzidas no século XIX são entrelaçadas por uma narrativa de crítica à opressão do Estado escravista em favor da liberdade dos escravizados. Nesse sentido, faz-se necessário questionar: como se dá a relação entre opressão, resistência e liberdade no trajeto representativo do homem negro e da mulher negra no conto *A escrava* de Maria Firmina?

O artigo procura discutir o trajeto narrativo de liberdade contra a opressão a partir das representações do homem negro e da mulher negra no conto *A escrava*. Por se tratar de uma análise de obras, o estudo se caracteriza como uma pesquisa básica de natureza qualitativa e exploratória, na qual o procedimento técnico utilizado foi a revisão bibliográfica (GIL, 2002). O levantamento dos dados foi feito por meio de busca em base de dados digitais, principalmente no *Google Scholar* e outros repositórios acadêmicos. A análise dos dados se deu a partir de interpretações hermenêuticas, privilegiando o caráter interdisciplinar do estudo.

O artigo seguiu três eixos de interpretação: o primeiro procurou contextualizar a publicação da obra a fim de situar o leitor na discussão em questão acerca da abolição; o segundo propôs examinar a questão da opressão e da liberdade como contrapontos para refletir sobre a representação dos personagens negros no *Conto* e por fim, o terceiro objetiva identificar as possíveis interseccionalidades entre

raça, classe e gênero presentes no referido escrito da autora, ambientado na sociedade escravocrata do século XIX.

O contexto escravagista da abolição: A escravidão como processo sistêmico representou um negócio lucrativo para as elites brasileiras. Contudo, apesar da “abolição da escravatura realizada pela publicação da lei Áurea em 1888” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1988, p. 49), não houve nenhum projeto de diminuição da desigualdade social que possui raízes permanentes até hoje, visto que “a abolição, [...] foi um negócio de brancos” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1988, p. 49). A memória da escravidão ainda tem feridas violentas marcadas no povo negro e pobre brasileiro². Para Gisele Luz (2018, p. 195):

Atribuir uma data como o marco para o fim da escravidão no país, conferindo-lhe somente a tal data as razões para a proibição da escravidão no Brasil, seria como ignorar os esforços de tantas outras pessoas que se envolveram nessa luta e ainda desconsiderar a situação dos negros libertos que enfrentaram total falta de apoio tanto financeiro quanto psicológico face a uma nova realidade social que teriam que lidar em completo desamparo.

A política do modo de produção escravista no Brasil durou cerca de três séculos, favorecendo a concentração de riquezas à grande parte da elite escravocrata brasileira. “O Brasil, [...] foi o maior importador de escravos das Américas. Estudos recentes estimam em quase 10 milhões o número de negros transferidos para o Novo Mundo, entre os séculos XV e XIX. Para o Brasil, teriam vindo em torno de 3.650.000” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1988, p. 9). No entanto, devido ao novo rumo capitalista da forma de produção baseado no comércio, dentre outros fatores, tal modo de produção colonialista entrou em crise. Sobre a crise do sistema escravista brasileiro, Hebe Mattos (2013) na obra *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista - (Brasil, século XIX)* faz uma profunda abordagem sobre a temática do “estágio final” da escravidão no Brasil, do processo que antecede algumas décadas à abolição e sobre o contexto pós-abolição da escravatura, especialmente com foco na região fluminense do Rio de Janeiro.

Para as elites, a continuidade do cativo só podia ser defendida com base numa argumentação pragmática que procurava antes retardar do que impedir o desmoronamento do sistema. Concomitantemente, cada vez menos livres conseguiam acesso à propriedade cativa e se faziam solidários com sua manutenção. Apesar disso, o sistema, especialmente a agroexportação cafeeira, continuava a expandir-se com base no tráfico, agora interno, do braço escravo (MATOS, 2013, p. 159).

A abolição não significou liberdade na prática, porque não possibilitou nenhuma melhora efetiva nas condições de vida, mas sim novas condições de exploração negra. “No século XIX, não foram poucos os escravos que trabalharam como operários em nossas primeiras fábricas” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1988, p. 10). Para Santos (2016, p. 189), “o ideal político, literário, abolicionista e afrodescendente de Maria Firmina de construir uma nação sem opressão, por meio da literatura, encontra resistência no desejo da elite brasileira de ser uma cópia esmaecida da sociedade europeia”. O conto da autora tem sua relevância histórica e literária. É a segunda obra publicada pela escritora em 1887, um ano antes da publicação da lei áurea (1888) e 28 anos depois da publicação de sua primeira obra mais conhecida, o romance *Úrsula* de 1859. Para Silva (2009, p. 4), o caráter audacioso de Maria Firmina ao escrever contra a escravidão, colocando os cativos para falar nos seus escritos e criticando a

¹ Segundo Eduardo de Assis Duarte (2018, p. 10) “até o momento não há condições de se afirmar que tenha obtido uma educação formal em escolas de sua terra, o que corrobora a tese do constante autodidatismo da futura professora e escritora” (In: REIS, 2018). Trecho da introdução do volume historiográfico escrito por Duarte, presente na obra *Úrsula*, publicado pela editora Puc Minas 7ª ed. “*Maria Firmina, mulher do seu tempo e do seu país*” (2018).

² Fato que evidencia a dívida histórica do Estado brasileiro com os descendentes de africanos escravizados no Brasil, uma vez que, as consequências desse processo ainda não acabaram, pois, seja: “Na cidade ou no campo, eles foram, em sua maioria, “marginalizados”, ficando sujeitos, por isso, juntamente com o resto da população pobre e insatisfeita, à criminalidade, à prostituição, ao alcoolismo e, daí, à rejeição social” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1988, p. 50).

sociedade hodierna, certamente, não foi uma tarefa fácil. Tendo em vista isso, argumenta Rafael Zin (2016, p. 84):

A representação hegemônica da mulher negra enquanto personagem da literatura brasileira, [...] historicamente e na maior parte das vezes, foi fruto do processo de criação de escritores brancos pertencentes às classes médias e às elites condutoras da vida política, econômica e intelectual do país.

Uma mulher negra de descendência africana escreveu e publicou no período escravocrata, teve seu pensamento afro-brasileiro relegado ao esquecimento. Sendo pouco conhecida e trabalhada tanto na academia, quanto nas escolas públicas³. Contudo, sua educação revela um dado em contraposição ao perfil de lugar da mulher negra no Brasil, como ratifica Kátia Mattoso (2003, p. 113):

a educação escolar do escravo é totalmente proibida no Brasil e os próprios forros não têm o direito de frequentar aulas. Esta proibição será mantida durante toda a época da escravidão, mesmo durante a segunda metade do século XIX, em plena degradação do sistema servil.

Maria Firmina dos Reis “nasceu em São Luís do Maranhão em 11 de outubro de 1825 no bairro de São Pantaleão e morreu em 1917 na vila de Guimarães, interior da província, para onde se mudou aos cinco anos de idade” (SILVA, 2009, p. 1-2)⁴. Apesar de ser uma fase da sociedade brasileira em decadência, em razão da crise no modo de produção colonial escravista, ainda é um contexto discriminatório muito arraigado no século XIX e, infelizmente, ainda contemporaneamente presente. O contexto histórico-social oitocentista é profundamente desigual, ancorado no patriarcado na qual a submissão da mulher “[...] passa a ser mais um valor a serviço do modelo feminino ideal. Nele a educação confunde-se com domesticidade” (PRIORE, 1994, p. 19). Essa opressão “normalizada” contribui para a resistência em se abrir espaços para o desenvolvimento feminino no campo das letras. Priore (1994, p. 12) destaca ainda que “desde que no século XIX a história firmou-se como disciplina científica, ela tem dado à mulher um espaço cuidadosamente demarcado pelas representações e ideais masculinos dos historiadores que, até bem pouco tempo, a produziam com exclusividade” relegando às mulheres, principalmente às mulheres negras, a um restrito espaço de manifestação.

Opressão, resistência e liberdade: a representação do negro no conto A escrava: Publicado originalmente em 1887 pela *Revista Maranhense* (nº. 3, 1887), o conto *A escrava* nasce num cenário de crise do sistema escravista Brasileiro. Crise essa que, além da questão econômica, acentuava-se também num sentimento de medo da influência negra na construção do Brasil, uma vez que, “[...] membros da elite mais conservadora preocupavam-se com as “consequências” da influência crescente de negros na composição étnica da nação [...]” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1988, p. 32). Um século depois, a intelectual brasileira, ativista política e feminista negra Lélia Gonzalez (1935-1994) traz contribuições fundamentais sobre o temor da influência dos negros na formação da cultura brasileira. Em *Racismo e sexismo na cultura brasileira* (1980) a autora analisa, sob um aporte psicanalítico laciano, o desejo de exaltação de certos elementos da cultura nacional em detrimento de outros, o que ela caracteriza como neurose cultural brasileira. Utilizando o binômio ‘memória/esquecimento’, a autora aponta que a consciência é o lugar do esquecimento, da alienação e segregação, enquanto que a memória incluiu o que a consciência excluiu. “A gente saca que em suas manifestações conscientes ela [cultura brasileira] oculta, revelando as

máscaras da africanidade” (GONZALEZ, 1980, p. 226). Por meio do sintoma da neurose, que é o racismo, Lélia ratifica que o recalco pela consciência cultural brasileira diz respeito a aspectos da africanidade e/ou a quaisquer traços que remetam a aspectos negros ou africanos, revelando um desejo de eugenia da nação, um anseio por se tornar branco, europeu, culto e civilizado. Releva, portanto, o desejo de uma sociedade que tenta a todo custo esconder, apagar e silenciar os traços negros e africanos presentes na cultura nacional. Apesar do longo silenciamento de suas ideais, a obra de Maria Firmina dos Reis expressa o desejo de emancipação da condição de cativo que se converge em uma visão muito singular da situação do negro, pois, a imagem estereotipada do negro se fundamenta em pejorativas características de inferioridade, de cor, de crenças, de conhecimento, enfim de cultura. Segundo o filósofo africano de origem camaronesa Achille Mbembe (2014, p. 157) “a classificação em vigor ao longo do século XIX excluía os Negros do círculo da Humanidade ou, de certo modo, atribuía-lhes um estatuto de inferioridade na escala das raças⁵”. Sobre esse conceito ideológico de inferioridade, observam Machado, Lima e Neris (2016, p. 12) que:

[...] A ideologia racista explica e justifica diferenças, preferências, privilégios e desigualdades entre seres humanos com base na ideia de raça, cultura ou etnia. De outro lado, identifica-se também um conjunto de mecanismos que operam no plano individual e social para manter determinados grupos em situação desvantajosa do ponto de vista econômico, político, social e cultural. Esses mecanismos — que se reproduzem cotidianamente — atuam pela sistemática inferiorização de certas características dos indivíduos, pela manutenção da baixa autoestima destes e pela reprodução de preconceitos em relação a eles.

Contudo, é sobre a desconstrução pejorativa agregada aos negros, que Maria Firmina dos Reis procura quebrar os paradigmas de tal pretensa inferioridade em suas múltiplas faces racista, sexista e classista, pois como afirma a professora Régia Agostinho da Silva (2013, p. 87) “o mundo, feminino no século XIX, muitas vezes, foi lido e narrado pela pena masculina, visto o acesso à educação e a escrita pública para as mulheres ser nesse período bastante limitado”. Não obstante, é preciso ratificar que o “masculino” era não só o padrão normativo de sexo/gênero, mas o era também da raça e da classe, posto que esse homem portador do direito a narrar a história era branco e de “boa educação”. Contemporaneamente, o pensamento da romancista negra, está sendo estudado, discutido e reconhecido na História do Brasil. Nesta linha, observa José Santos (2016, p. 186):

Ao denunciar a barbárie da escravidão no Maranhão do século XIX, Maria Firmina dos Reis transmite para o leitor daquela época e, principalmente para os racistas brasileiros contemporâneos, uma verdade incontestável: “Não sou descendente de escravos, sou descendente de seres humanos que foram escravizados”. Por colocar o dedo na ferida da escravidão, mas também, por exaltar a Negritude, o nome da autora e sua produção literária foram “apagados” por mais de cem anos pela historiografia literária brasileira canônica. Após sua obra ser resgatada do esquecimento, na segunda metade do século XX, Maria Firmina passou a ser considerada por vários críticos como autora do primeiro romance abolicionista e afrodescendente da literatura brasileira.

Com base nessa perspectiva, em outra parte, comenta o autor:

Embora Maria Firmina dos Reis (1825-1917) tenha nascido na ilha de São Luís, capital da província do Maranhão, famosa por ser a terra natal de vários escritores, como Gonçalves Dias, Aluísio de Azevedo, Sousândrade, entre outros, ela não teve o mesmo privilégio de seus conterrâneos: o de ser reconhecida nacionalmente como escritora. (SANTOS, 2016, p. 187-188).

³ “Maria Firmina, assim como muitas escritoras do século XIX, passou muito tempo no ostracismo, sendo “resgatada” por José Nascimento Morais Filho em 1975 na sua obra *Maria Firmina: fragmentos de uma vida*, onde o autor reúne escritos de Maria Firmina em alguns jornais, depoimentos de ex-alunas e alunas de Firmina e reedita os contos “*A escrava*” e “*Gupeva*”.

⁴ Apesar da citação do autor, estabelecendo como data de nascimento da autora no ano de 1825, a data correta, segundo a nova publicação das obras da autora _ o romance *Úrsula* e, o conto objeto de análise deste estudo, o conto, *A escrava*, que compõem o mesmo volume, publicado pela Editora Puc Minas _ a data correta de seu nascimento é o ano de 1822.

⁵ Achille Mbembe, filósofo negro contemporâneo de origem africana, escreveu uma obra intitulada “*Crítica da razão negra*” (2014). O autor trabalha a categoria do conceito de “negro”, onde, dentre muitos outros aspectos, faz críticas a uma pretensa inferioridade que justificava a submissão passiva dos negros a escravidão.

Notadamente, percebe-se que a condição de cativo ainda permeava não somente os corpos dos negros escravizados, como também era determinante para o silenciamento de suas ideias, impedindo o reconhecimento público da importância literária de autoras e autores negro. Na contramão disso, Reis valorizava a representação e a reflexão sobre a condição do cativo negro, bem como a condição de ser mulher negra. Pois “escrever passa a ser uma forma de questionar os discursos que silenciavam a voz da mulher negra na sociedade brasileira, assim, por meio de sua escrita, ela “passa a existir” e faz com que outras mulheres “passem a existir também” (LUZ, 2018, p. 193). Com base nessa passagem, argumentam Anselmo Alós e Bárbara Andreta (2016, p. 194):

Em “A escrava”, Maria Firmina dos Reis faz uso da literatura como um instrumento político de denúncia não apenas da escravidão de modo geral, mas também considerando questões específicas de gênero. Neste conto, em que o sofrimento das famílias que eram separadas em função do tráfico interprovincial de escravos é narrado, o sofrimento da escrava Joana permite que se pense nas violências a que as escravas estavam submetidas por questões específicas de gênero, a saber: a separação dos seus filhos, a usurpação do exercício da maternidade e a violência relacionada a questões de fertilidade. Do ponto de vista político, pode-se pensar que o conto apresenta ainda uma denúncia do tráfico interprovincial de escravos e uma crítica à posição assumida pelo Estado do Maranhão neste contexto, visto que o Estado natal de Maria Firmina dos Reis, constituiu-se como o maior exportador de escravos para outras províncias brasileiras após a proibição do tráfico transatlântico de escravos.

Em sua grande parte e de muitas formas, os negros lutaram contra a opressão da escravidão. Por isso, “[...] no seu conto *A escrava*, no qual utiliza a prosa de ficção como um meio de denunciar as injustiças presentes na sociedade patriarcal brasileira do século XIX” (ANDRETA; ALÓS, 2018, p. 191), pode-se afirmar que a narrativa literária de Reis se fundamenta num desejo de emancipação que se realiza e se efetiva no sentimento de solidariedade para com o oprimido. Diante disso, observa Régia Silva (2009, p. 9) que:

não são também apenas vítimas, afinal fogem e se rebelam, não aceitam passivamente a triste sina a que supostamente estavam condenados. Ora, podemos perceber que a escrita de Maria Firmina dos Reis pretendia de fato denunciar a escravidão e seus males”, se apresentando como escrita e voz emancipatória e informada que não se deixou calar “numa sociedade ainda aristocrata, escravocrata e elitista do Maranhão ao fim do século XIX.

Raça, gênero e classe: *A escrava*

O conto é protagonizado por cinco personagens: o senhor de escravos Tavares, o feitor Antônio, os escravizados, a mãe Joana e o filho Gabriel e a senhora abolicionista. A trama se inicia descrevendo a postura abolicionista da senhora, sem nome específico, num ambiente onde se dá o início da discussão sobre a questão da escravidão, “um salão onde se achavam reunidas muitas pessoas distintas, e bem colocadas na sociedade [...]” (REIS, 2018, p. 193). A posição política da senhora abolicionista é crítica em relação ao regime escravocrata do século XIX, sobretudo, onde o discurso da “moral religiosa e a moral cívica se erguem” (REIS, 2018, p. 193). A senhora exclama para se “olhar a sociedade” e, pergunta: “para que se deu em sacrifício, o Homem Deus, que ali exalou seu derradeiro alento? Ah!” (REIS, 2018, p. 193). A autora se embasa na religião para discutir a liberdade do cativo, pois questiona implicitamente pela boca da senhora abolicionista: como o homem pode manifestar “sentimentos escravistas” se “o sacrifício do homem Deus” foi em razão da liberdade de todos os seres humanos?

Além da explícita crítica aos setores religiosos, a autora que fala pela “boca da personagem”, a senhora abolicionista, diz que “a escravidão é um câncer que [destrói] a sociedade” (REIS, 2018, p. 194):

Por qualquer modo que encaremos a escravidão, ela é, e sempre será um grande mal. Dela a decadência do comércio; porque o comércio e a lavoura caminham de mãos dadas, e o escravo não pode fazer florescer a lavoura; porque o seu trabalho é forçado. Ele não tem futuro; o seu trabalho não é indenizado; ainda dela nos vêm o opróbio, a vergonha; porque de frente ativa e desassomburada não podemos encarar as nações livres; por isso que o estigma da escravidão, pelo cruzamento das raças, estampa-se na frente de todos nós. Embalado procurará um dentre nós convencer ao estrangeiro que em suas veias não gira uma só gota de sangue escravo (REIS, 2018, p. 194).

Reis caracteriza conscientemente o opressor na figura do escravocrata Tavares, e o seu feitor de nome Antônio como o perseguidor e algoz dos escravizados, Joana e Gabriel. Ambos os personagens negros são as vítimas que representam todos os cativos, especialmente a mulher dada a sua condição de objeto de reprodução da prole que alimentava o sistema escravocrata. Reis (2018, p. 194) ratifica: “O escravo é olhado por todos como vítima - e o é. O senhor, que papel representa na opinião social? O senhor é o verdugo - e essa qualificação é hedionda”. A autora denuncia o sofrimento da condição de cativo do negro e ressalta os laços de afetividade entre a mãe e seus filhos escravizados, apontando para uma visão crítica da condição de exploração e dominação dos escravos e das mulheres. Anselmo Alós e Bárbara Andreta (2016, p. 185) chamam a atenção para a pena da escritora maranhense, ressaltando que Maria Firmina merece destaque pela forma como tematizou os vieses da escravidão, fazendo de “sua escrita uma arma política contra o regime escravocrata brasileiro, relatando, em suas obras, a maneira como duas classes subalternizadas eram tratadas no Brasil do século XIX, os escravos e as mulheres”.

A narrativa se debruça sobre a história da senhora abolicionista que descreve o desespero de uma “mulher correndo, e em completo desalinho”, seu nome era Joana, filha de mãe africana e pai [indígena]. [...] que parecia foragida, [...] com seus ais lamentosos, com gemidos magoados, com gritos de suprema angústia” (REIS, 2018, p. 194-195, grifo nosso). Tal mulher estava sendo perseguida pelo feitor, que ao encontrar a senhora a questiona se não tinha visto “uma mulher negra que se finge de douda [...]” (REIS, 2018, p.195). A senhora faz o feitor retroceder, pois o engana, fazendo-o a procurar sobre outro caminho. Essa atitude da senhora rende-lhe um sentimento de dever cumprido e de alívio, “logrei o meu intento” (REIS, 2018, p.195). A escritora procura demonstrar os males da escravidão por meio das palavras do opressor, mostrando como os negros cativos, na figura da mulher fugitiva, procuravam sempre sob qualquer meio, um meio de fuga. “[...] ao menor descuido foge” (REIS, 2018, p.195). Após algum tempo de sua saída pelo caminho errado indicado propositalmente pela senhora, chega o filho Gabriel da “mulher negra perseguida”, em que segundo a autora se percebia “no fundo do coração daquele rapaz, devia haver rasgos de amor e generosidade” (REIS, 2018, p. 197). Nessa perspectiva, pode-se ver um conjunto de características afetivas que nos transmitem um pouco do horror das relações escravistas e o sentimento de resistência de luta pela liberdade que se fundam num laço de solidariedade entre mãe e filho. Quando o personagem Gabriel diz:

[...] eu procuro minha mãe, que correu nesta direção, fugindo ao cruel feitor, que a perseguia. [...] Não sei se ele a encontrou; e o que será dela. Ah! [...] Aquele senhor é um tigre, minha senhora, - é uma fera. [...] Minha mãe morrerá se ele a encontrar. Estava no serviço coitada. Minha mãe caiu desfalecida; o feitor lhe impôs que trabalhasse, dando-lhe açoites; ela deitou a correr gritando. Ele correu atrás (REIS, 2018, p. 198).

Ao saber do feito da senhora, Gabriel vê sua mãe desfalecida, e diz “[...] não posso ver minha mãe morrer aqui, sem socorro algum” (REIS, 2018, p. 199). Em seguida, apesar de ter consciência de tal ato, a saber proteger dois escravos, ambos vão para a casa da senhora. A personagem abolicionista branca tem a consciência de que é seu dever ajudar. E, nesse contexto, “sente-se tocada de veneração em presença daquele amor filial, tão singelamente manifestado” (REIS,

2018, p. 199). Havia, portanto, um lamento sobre a existência da escravidão, uma “lei que infelizmente ainda perdura, lei que garante ao forte o direito abusivo, e execrando de oprimir o fraco” (REIS, 2018, p. 199). Neste sentido, quando o feitor a denomina de “douda”, por suas atitudes de tantas vezes fugir se dá em função de seus outros filhos que foram vendidos por seu senhor. Assim, relata Gabriel: “[...] Carlos e Urbano, crianças de oito anos, que meu senhor vendeu para o Rio de Janeiro. Desde esse dia ela endoudeceu” (REIS, 2018, p. 200). Por isso, afirma a mãe à senhora, “[...] eu morro, sem ver mais meus filhos! Meu senhor os vendeu... eram tão pequenos... eram gêmeos. Carlos, Urbano...” (REIS, 2018, p. 201)

Para a senhora abolicionista, “era uma cena tocante e lastimosa que despedaçava o coração. Ah! Maldição sobre a opressão! Maldição sobre o escravocrata!” (REIS, 2018, p. 201). Joana era uma escrava que aprendeu a ler, mas que pela tortura do trabalho forçado e principalmente pela dor da separação dos filhos seu desejo era de morrer a ver seus filhos vendidos e escravizados. Mas a opressão dos escravocratas era tão perversa que “[...] as lágrimas de [uma] mãe não podem comover, nem comovem soluções do inocente” (REIS, 2018, p. 203). A atitude dos senhores de escravos de vender os filhos das mulheres escravizadas era comum nos períodos escravagistas não somente no Brasil e América do Sul em geral, mas também era uma prática comum da escravatura norte-americana. A intelectual estadunidense, ativista política e filósofa negra Angela Davis (1944-...) faz pontuações relevantes sobre a condição das mulheres negras durante o período escravista. No capítulo I de *Mulheres, Raça e Classe (1981)*, intitulado “O legado da escravidão: parâmetros para uma nova condição da mulher” a autora expõe as várias formas e concepções de tratamento dos corpos negros femininos. Uma primeira forma de tratamento dada às mulheres negras foi quanto à discriminação de gênero referente à divisão do trabalho. “A maioria das meninas e das mulheres, assim como a maioria dos meninos e dos homens, trabalhava pesado na lavoura do amanhecer ao pôr do sol. No que diz respeito ao trabalho, a força e a produtividade [...] eram mais relevantes do que as questões relativas ao sexo” (DAVIS, 1981, p. 19).

Outra forma de conceber as mulheres negras já afirmava o que a forma anterior desconsiderava: o sexo e o gênero. A condição de reprodutoras em um período de abolição do tráfico internacional de mão de obra escrava passou a ser valorizada. Porém, isso não significa dizer que sua maternidade era reconhecida. “Na verdade, aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava”, afirma Davis (1981, p. 19). Separadas por mais ou menos um século, Maria Firmina dos Reis e Angela Davis corroboram da mesma denúncia realizada por meio de uma escrita que explicita como o olhar que recaía sobre as mulheres negras no século XIX era marcadamente opressor e desumano. “Uma vez que as escravas eram classificadas como “reprodutoras”, e não como “mães”, suas crianças poderiam ser vendidas e enviadas para longe, como bezerros separados das vacas” (DAVIS, 1981, p. 19-20). Por conseguinte, depois de contar sua triste história de vida, Joana morre. Em seguida, o feitor os encontra na casa da senhora abolicionista, escandalizado pela proteção dada aos dois escravos. No entanto, indignada, a senhora abolicionista não permite que os feitores levem Gabriel. No dia seguinte, o escravocrata Tavares dono dos dois escravos vem à casa da senhora abolicionista e sem compaixão alguma afirma:

Sei que esta negra está morta, exclamou ele, e o filho acha-se aqui: tudo isto teve a bondade de comunicar-me ontem. Esta negra, [...] era alguma coisa monomaniaca, de tudo tinha medo, andava sempre foragida, nisso consumiu sua existência. Morreu, não lamento esta perda; já para nada prestava. O Antônio, meu feitor que é um excelente e zeloso servidor, é que se cansava em procurá-la. Porém, minha senhora, este negro! – Designava o pobre Gabriel, com este negro a coisa muda de figura: minha querida senhora, este negro está fugido: espero, mo entregará, pois sou o seu legítimo senhor, e quero corrigi-lo (REIS, 2018, p. 206).

Não obstante, Gabriel em estado de desespero pela perspectiva de ser levado pelo seu senhor pede à senhora abolicionista que não seja levado por ele sem o corpo de sua mãe. A narrativa se encerra na frustração da figura do senhor de escravos como o responsável pela opressão e sofrimento dos negros escravizados. Mas também ressalta os laços de afeto entre as pessoas escravizadas em razão da postura da senhora abolicionista que encarando o senhor escravocrata, apresenta-lhe:

Um volume de papéis subscritos e competentemente selados. Rasgou o subscrito, e leu-os. Nunca na sua vida tinha sofrido tão extraordinária contrariedade. [...] redarguiu, terminando a leitura; o direito de propriedade, conferido outrora por lei a nossos avós, hoje nada mais é do que uma burla... A lei retrogradou. Hoje protege-se escandalosamente o escravo contra seu senhor; [...] Não acham isso interessante? [...] Em conclusão, apresento-lhe um cadáver e um homem livre. Gabriel, ergue a fronte, Gabriel, és livre! O senhor Tavares, cumprimentou, e retrocedeu no seu feroso alazão, sem dúvida alguma mais furioso que um tigre (REIS, 2018, p. 207).

Por fim, o cenário descrito pela autora se refere a uma crítica à opressão do sistema escravocrata sobre a condição de exploração dos negros escravizados, mas, sobretudo, em relação à condição da mulher escrava, o que revela uma narrativa de resistência e luta pelo direito à liberdade que se incide na afirmação e reconhecimento do negro como portador de sua própria consciência. Uma vez que a mentalidade escravocrata pode ser pensada a partir da postura do senhor de escravos Tavares como proprietário de escravos, no momento em que este ao final da trama exige que a senhora abolicionista entregue o filho de Joana, porque ele lhe pertence, ou seja, sugerindo que nenhum corpo negro pertence a ele mesmo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo visou explicitar uma interpretação do conto “A escrava” correlacionado a uma leitura crítica acerca da representação do homem negro e da figura feminina interseccionalizada pelas categorias de gênero, raça e classe. O conto *A escrava* permite refletir acerca da realidade opressora do sistema escravocrata, do trabalho forçado dos escravizados, da condição de sofrimento imposto sobre a separação das mães de seus filhos e, sobretudo, da resistência do cativo em aceitar sua condição de escravizado. O conto se coloca como uma narrativa da consciência do negro sobre sua própria condição de luta por liberdade, de pensamento, de trabalho, de formar livremente sua própria família, portanto de viver dignamente. Essa representação de resistência coloca abaixo a pretensa ideologia de inferioridade negra, bem como realça a consciência da condição de cativo. Como se sabe, a presença da imagem da mulher, dos negros e das mulheres negras na história humana tem mudado profundamente ao longo dos séculos na cultura Ocidental, especificamente, a partir do século XIX, uma vez que “[...] para a maior parte do mundo ocidental, o século XIX representou a “era das emancipações” (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006, p.173).

Pela fala da personagem a senhora abolicionista, Maria Firmina retrata a violência do sistema escravocrata, destacando, sobretudo, as diversas formas de violência infringidas a corpos negros sobre a pena de trabalhos forçados não remunerados, castigos intensos, cruéis e muitas vezes mortais, processos de separação forçada de famílias negras escravizadas por meio da venda de seus integrantes. Violências essas todas denunciadas pela escritora maranhense a partir da personagem negra. Joana representa todas as mulheres escravizadas, cujo corpos foram marcados pela opressão do sistema escravista, que se servia deles através da exploração do trabalho manufatureiro, sexual e da reprodução. À luz da interpretação de Lélia Gonzalez, a neurose cultural brasileira encontra seu cume perfeito na personagem romanésca. A mãe preta e a empregada doméstica, ambas fruto do processo de invisibilidade da mulher negra que fora escravizada, é personificada no corpo de Joana. A personagem é a fonte simbólica e histórica das representações

presentes no imaginário nacional, não apenas racista, como também sexista, segregatório e escravocrata. As relações de poder que inter cruzam as violências de gênero, de raça e de classe sofridas pelas mulheres negras escravizadas estão inegavelmente presentes no cotidiano das mulheres negras brasileiras, mesmo com mais de um século após a abolição da escravatura. O corpo negro feminino é estigmatizado como objeto de prazer, cuja imagem advém do histórico escravocrata, patriarcal e sexista da sociedade brasileira. Essas opressões são naturalizadas pelo lugar que o corpo feminino ocupa no cotidiano em espaços de subalternização, sendo que a “mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão” (GONZALEZ, 1984, p. 226).

Sendo assim, por meio da representação de Joana a autora realiza uma denúncia da desigualdade de gênero, de classe e de raça, sobretudo, a partir da relação interrompida entre as mães escravas e seus filhos; da maternidade negada a elas e da humanidade negada para ambos, cuja prole era usada para manter vivo o sistema escravocrata. O conto *A escrava* reflete uma realidade, cujas raízes ainda perduram na sociedade brasileira contemporânea, pois se remete a um olhar de relações de poder criadas no seio da sociedade, no qual o homem branco se vê o padrão normativo social. Com base nos apontamentos apresentados ao longo da presente investigação foi possível perceber que antes mesmo de Lélia Gonzalez (1980), Angela Davis (1981), Kimberlé Crenshaw (2002), Berenice Bento (2016) e Carla Akotirene (2018), referências nacionais e internacionais sobre estudos da interseccionalidade, Maria Firmina dos Reis, a partir da própria trajetória interseccionalizada, pela raça, pela classe e pelo gênero, compartilha com o público uma escrita autêntica que assume o compromisso de retratar a experiência da condição de cativo do sistema escravocrata denunciando a desigualdade social, racial e de gênero sofrida por corpos negros. Com isso, a escritora maranhense por meio de uma trama crítica, histórica e cultural escancarou os males da escravidão. Nesse sentido, sua vida e obra manifestam uma narrativa de resistência e luta pelo direito à liberdade, que se incide na afirmação e no reconhecimento dos negros, negras e negres como portadores de suas próprias consciências.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Wlamyra R; FILHO, Walter F. Uma história do negro no Brasil. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ANDRETA, Bárbara L; ALÓS, Anselmo P. A literatura abolicionista de Maria Firmina dos Reis: o conto “A escrava”. *Confluente*. Revista de estudos ibero-americanos. Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas Modernas, Universidade de Bolonha. Vol. 8, No. 1, 2016, pp. 184-197. Disponível: <https://confluente.unibo.it/article/view/6270> Acesso em 15 de julho. 2020.
- BIBLIOTECA NACIONAL. Para uma História do negro no Brasil. Rio de Janeiro, 1988.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. Tradução: Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DAVIS, Angela. O legado da escravidão: parâmetros para uma nova condição da mulher. In: *Mulheres, Raça e Classe*. Tradução: Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DUARTE, Eduardo de Assis (Apr). Maria Firmina, mulher do seu tempo e do seu país. In: REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula: romance*. 7ª ed. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2018.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de Pesquisa*. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. ANPOCS- Revista Ciências Sociais Hoje, p. 223-244, 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf Acesso em 23 de julho. 2020.
- LUZ, Giselle. A escrevivência de Maria Firmina dos Reis no conto A escrava. *Revista Travessias*, Cascavel, v. 12, n. 1, p. 193 – 204, jan./abr. 2018. Disponível: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/18954> Acesso em: 23 de julho. 2020.
- MACHADO, Marta Rodriguez de A; LIMA, M; NERIS, Natália. Racismo e insulto racial na sociedade brasileira. *Revista Novos estudos*. São Paulo, V 35.03 novembro 2016. Disponível: <http://novos estudos.uol.com.br/produto/106/> Acesso em: 25 de julho. 2020.
- MATTOS, Hebe M. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista- (Brasil, século XIX). – 5ªed. Campinas. São Paulo: Editora da Unicamp. 2013. 208 p.
- MATTOSO, Kátia M. Q. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasileira, 2003.
- MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Tradução Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2014.
- MENDES, Melissa R. Teixeira. Maria Firmina dos Reis: mulher e escritora oitocentista. *Revista Unila*, Vol. 2, Nº. 1, p. 39-48, 2014. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/IMEA-UNILA/article/view/202>. Acesso em 22 abr. 2021.
- PINSKY, Jaime. *Escravidão no Brasil*. 17ª ed. São Paulo: Contexto, 2000. (Repensando a história).
- PRIORE, Mary d. *A mulher na história do Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 1994. (Coleção repensando a História).
- REIS, Maria Firmina dos. *A escrava*. In: *Úrsula e outras obras*. Brasília: Edições Câmara, 2018.
- REIS, Maria Firmina dos. *A escrava: conto*. In: *Úrsula: romance*. Apresentação: Eduardo de Assis Duarte. 7ª ed. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2018.
- SANTOS, José B. A literatura afrodescendente de Maria Firmina dos Reis. São Paulo, *Revista LITERARTES*, n. 5, 2016. Disponível: <http://www.revistas.usp.br/literartes/article/view/105787> Acesso em: 25 de julho. 2020.
- SILVA, Régia Agostinho da. “A mente, essa ninguém pode escravizar”: Maria Firmina dos reis e a escrita feita por mulheres no maranhão. *Anais ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza*, 2009. Disponível: <http://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.25/ANPUH.S25.0592.pdf> Acesso em: 30 de julho. 2020.
- SILVA, Régia Agostinho da. *A escravidão no Maranhão: Maria Firmina dos Reis e as representações sobre escravidão e mulheres no maranhão na metade do século XIX*. 2013. (Tese de doutorado).
- ZIN, Rafael B. A dissonante representação pictórica de escritoras negras no Brasil: o caso de Maria Firmina dos Reis (1825-1917). *Revista do centro de pesquisa e formação*. São Paulo, / nº 3, novembro 2016. Disponível: <https://www.sescsp.org.br/files/artigo/5da7c907-491e-4935-91de-8b223e3ef1e5.pdf> Acesso: 03 de ago. 2020.
